



## **Declaração do Cardeal Thomas Collins a respeito da Eutanásia/ Suicídio assistido – 1 de Março de 2016**

*“Mesmo que me peçam, não darei droga mortífera nem a aconselharei...” - O Juramento de Hipocrites*

*“Não matarás.” - Êxodo 20:13*

“Pensas em suicídio? Nós podemos ajudar!” Houve um tempo em que a publicidade como esta anunciava uma linha telefónica de apoio, onde pessoas aguardavam para ajudar e dar esperança a quem mais precisava em tempos de crise e dor intolerável. Vivemos hoje numa época muito diferente. Dentro de poucos meses, suicídio assistido, cuja realidade se esconde atrás de termos enganosos como “assistência médica para morrer” será declarado a nova realidade deste país, consagrada em forma de lei. Enquanto o governo federal prepara a legislação para implementar a decisão do supremo tribunal, é crucial considerarmos os efeitos desta alteração às nossas leis.

A morte chega para todos, umas vezes de forma repentina e outras lentamente. Apesar de beneficiarem de medicamentos que controlam a dor, é perfeitamente compreensível que pacientes optem por recusar tratamentos severos e por vezes desmedidos que servem apenas para prolongar o processo inevitável de morrer. Mas morrer e ser morto não significam o mesmo. Agradecemos a todos os médicos e enfermeiros que oferecem assistência médica a pacientes que estão prestes a falecer, mas matar um deles nunca é justificável.

Dentro de pouco tempo será requisitado aos médicos pelo nosso país fora, que têm dedicado as suas vidas a curar pacientes, para agora fazer o oposto. Não lhes irão pedir para aliviar o seu sofrimento através de tratamento médico e de carinho e calor humano, mas sim para facilitar a sua morte. Matar um paciente deixará de ser considerado crime, passando a ser visto como um mero procedimento médico, acompanhado de legislação para regulamentar o acto.

No dia 25 de Fevereiro de 2016, uma comissão parlamentar apresentou 21 recomendações ao grupo de pessoas que irá desenhar esta legislação perturbadora. Devem chocar-nos, especialmente se acreditarmos de forma complacente e incorrecta, que a alteração à lei só afectará um pequeno grupo de indivíduos com doença grave, que tendo vivido uma longa vida, estão próximos da morte. A realidade é que as recomendações incluem:

- A vontade de permitir, começando dentro de três anos, o acesso à Eutanásia/ suicídio assistido a menores de dezoito anos.
- A possibilidade de pacientes diagnosticados com doenças como demência de marcarem de antecipadamente a sua morte.
- Insistência que a eutanásia/ suicídio assistido esteja disponível para pessoas portadoras de doenças psiquiátricas.
- Requerem que qualquer instituição que receba fundos públicos, incluindo hospitais católicos, centros de cuidados permanentes e hospícios, ofereçam eutanásia/ suicídio assistido, obrigando-os desta forma a renunciar aos princípios que formam a base do importante serviço que nos oferecem a todos.
- Uma provisão que dita que qualquer médico que se recuse a matar um paciente, deva assegurar que outro o faça. Não há outro país do mundo que obriga a uma tal violação de consciência.

É injusto obrigar as pessoas a agir contra a sua consciência para que possam praticar a medicina, ou que qualquer instituição de saúde tenha que o fazer para poder receber fundos governamentais. Não há tolerância à diversidade religiosa, chegando mesmo a ser discriminação que pune os que há séculos servem fielmente aqueles que lhes pedem ajuda, mesmo antes do Canadá nascer. É injusto para aqueles, que em boa consciência, não poderão fornecer certos procedimentos, como ajudar a matar pacientes.

Quando o Estado ultrapassa o seu papel legítimo e limitado, suprimindo os direitos de consciência desta forma, lembro-me dum homem, cujo patrão lhe disse para fazer algo que ia contra a sua consciência. O mesmo respondeu corajosamente “ Dás-me trabalho mas não és meu dono. ”

Cuidados de fim-de-vida (cuidados paliativos) estão disponíveis a apenas 30% dos canadianos. Isto é uma tragédia inaceitável. Em vez de fornecer formas de acelerar a morte, devemos fazer com que a rede de cuidados paliativos chegue a cada canadiano, dando maior apoio para doenças mentais, e ajudar quem tem a tentação do suicídio.

Há quem se convença, que em determinada altura, a sua vida deixa de ter valor, já que não consegue funcionar da mesma forma. Este receio merece a nossa compaixão e respeito, mas é uma fundação pouco sólida para política social. O nosso valor enquanto indivíduos não provém daquilo que conseguimos fazer mas sim de quem somos. Vem de dentro, da nossa dignidade inerente enquanto seres humanos. Ao redefinir o valor da vida em termos de quão bem funcionamos, a sociedade atravessará uma fronteira muito perigosa, na qual as pessoas são tratadas como objectos descartáveis e vistos como inúteis.

Tendo em conta que a dignidade inerente de cada um, está na altura das famílias deste país terem uma conversa difícil mas necessária sobre a realidade da morte. Temos que compreender as implicações destrutivas destas alterações legais, e oferecer alternativas mais humanas e misericordiosas. Os cristãos deverão ser guiados pelas palavras de Jesus, que durante mais de 2000 anos têm inspirado actos heróicos de serviço e amor ao próximo: “Sempre que fizestes isto a um destes meus irmãos mais pequeninos, a mim mesmo o fizestes.” (S. Mateus 25:40)

*† Thomas Card. Collins*

Cardinal Thomas Collins

March 1, 2016

### **Diga aos legisladores o que sente**

Todas as pessoas que estão preocupados com esta legislação são convidadas a visitar **CanadiansforConscience.ca** e juntarem-se à *Coalition for HealthCARE and Conscience* (Coligação para a saúde e consciência). A coligação é composta por inúmeros parceiros, incluindo mais de 5000 doutores Canadianos, e foi criada para educar e atrair quem partilha as mesmas preocupações.

Poderá usar também este *site* para escrever directamente ao seu membro de parlamento, exprimido de forma respeitosa as suas dúvidas. Por favor exija ao seu representante eleito para 1) proteger os vulneráveis; 2) assegurar que indivíduos e instituições possam fornecer cuidados de saúde sem terem que comprometer as suas convicções morais.